

ARTIGO DE OPINIÃO EM SALA DE AULA DO ENSINO MÉDIOMaria Anunciada Nery Rodrigues de Paula¹

RESUMO: Este estudo apresenta os resultados de uma sequência didática com o gênero textual artigo de opinião no ensino médio. Nele, procuramos verificar se atividades sistematizadas de leitura e escrita, tendo por base as características de um gênero textual, favorecem o desenvolvimento de capacidades do aluno como produtor de textos. Os procedimentos envolveram atividades de análise dos elementos temáticos, estruturais e linguísticos de artigo de opinião e atividades de produção de acordo com suas características sócio-discursivas. Os resultados apontam que o trabalho realizado por meio da sequência didática proporcionou um aprendizado concreto para os alunos.

Palavras-Chave: gênero textual; artigo de opinião; sequência didática.

The opinion article in high school classroom

ABSTRACT: This study presents the results of a didactic sequence with the textual genre opinion article in high school. We seek to determine whether systematic activities of reading and writing, based on the characteristics of a textual genre, favors the development of the student's abilities as a producer of texts. The procedures involved the analysis of thematic, structural and linguistic elements of opinion article and production activities according to their socio-discursive characteristics. The results indicate that the work done by didactic sequence provided a concrete learning for students.

Key-words: textual genre; opinion article; didactic sequence.

INTRODUÇÃO

O ensino de produção de texto no Brasil teve como base, nos últimos anos, uma concepção de língua como código ou estrutura e uma concepção de texto como produto acabado e concluído. A produção de texto restringia-se à aplicação da tipologia tradicional clássica. Uma demonstração de tal prática no ensino médio é a quase exclusiva produção da

¹ Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Professora do Instituto Federal do Tocantins – IFTO – campus Porto Nacional – TO. E-mail: anrpaula@yahoo.com.br

dissertação escolar sobre um tema escolhido pelo professor ou retirado do livro didático com o fim de treinar para passar em concursos públicos e/ou no vestibular. É uma prática de ensino que raramente considera a natureza dialógica e interativa da própria linguagem e que praticamente anula a subjetividade necessária a toda autoria (POSSENTI, 2002).

Porém, nos anos 80, os professores fortemente sedimentados na prática de exercícios de redação foram expostos a discussões em torno de uma prática de ensino de escrita fundamentada nas operações de construção de textos diversos e não apenas de redações. Os alunos, nesse contexto, não deveriam produzir “redações”, meros produtos escolares, mas diferentes textos que se aproximassem dos usos extra-escolares. Dessa forma, a concepção de língua aplicada ao ensino se foi transformando de uma perspectiva estruturalista para uma perspectiva interacionista, segundo a qual a língua se constrói socialmente, através do uso que os indivíduos fazem dela nas interações das quais participam em seus grupos sociais. Em resumo, para falar e escrever, utilizamos formas estáveis de enunciados, isto é, gêneros do discurso, os quais estão presentes na vida cotidiana, nas experiências e na consciência dos falantes. Se não existissem os gêneros, a comunicação seria impossível, porque não haveria entendimento recíproco entre os interlocutores (BAKHTIN, 1992).

A discussão sobre o ensino centrado na diversidade textual, iniciada nos anos 80, fica muito mais explícita com a publicação dos PCNs de Língua Portuguesa, nos quais os gêneros são tomados como objeto. Estes documentos não representaram somente uma mudança curricular, mas, sobretudo, um novo paradigma educacional. Vale ressaltar que além de representarem mudanças na orientação para a prática, os PCNs representaram mudanças teóricas. Um dos aspectos a ser considerado é que a nova perspectiva de ensino da língua pautou-se numa visão centrada na noção de interação verbal.

A ideia básica do documento é que os alunos tomem consciência da multiplicidade de gêneros e aprendam a analisar, compreender e produzir textos em função das diferentes situações de uso da língua no dia a dia.

Considerando que diferentes gêneros requerem diferentes tipos de conhecimentos e diferentes conjuntos de habilidades, o ensino de produção textual não pode ser o mesmo para todo e qualquer gênero a ser estudado. Por isso, segundo Schneuwly e Dolz (2004), o ensino que objetiva o domínio textual requer uma intervenção ativa do professor e o desenvolvimento de uma didática específica. Por essa razão, vários pesquisadores têm defendido um ensino sistemático na produção escrita de diferentes gêneros. Não se trata, porém, de permitir apenas o acesso, o manuseio ou a produção de diferentes tipos de textos,

mas efetivar um ensino sistemático expressando claramente o conhecimento implícito do gênero. A proposta é que as práticas escolares de produção textual devem ser norteadas pelo que chamam de “modelos didáticos” de gêneros.

Diante do exposto, este estudo, ancorado na teoria bakhtiniana de língua como interação verbal e de escrita como atividade processual, apresenta os resultados de uma sequência didática com o gênero textual artigo de opinião em uma turma de 3º ano do ensino médio. Nele, procuramos verificar se atividades sistematizadas de leitura e escrita, tendo por base as características do gênero artigo de opinião, favorecem o desenvolvimento de capacidades do aluno como produtor de textos. Os procedimentos envolveram atividades de análise dos elementos temáticos, estruturais e linguísticos, e atividades de produção de acordo com suas características sócio-discursivas. Para tanto, nos baseamos nos trabalhos desenvolvidos pela escola de Genebra, sobretudo por Schneuwly (1994) e Schneuwly & Dolz, (2004) que apresentam um modelo geral de organização do trabalho com produção textual na escola, recomendando que o ensino dos gêneros textuais seja organizado a partir da noção de ‘modelo didático e ‘sequências didáticas’.

Schneuwly e Dolz (2004) consideram que a introdução do gênero na escola é sempre resultado de uma decisão didática, que precisa considerar os objetivos de sua aprendizagem, que são de dois tipos: em primeiro lugar, aprender a dominar o gênero, para melhor conhecê-lo ou apreciá-lo a fim de melhor produzi-lo dentro e fora da escola; e, em segundo lugar, desenvolver capacidades que ultrapassem o gênero e que são transferíveis para outros gêneros próximos ou distantes.

Para os autores, os gêneros quando usados para fins didáticos, são utilizados como forma ideal pura, destituídos de sua forma de comunicação e, nesse sentido, transformam-se em gêneros escolarizados, constituindo recursos para o aluno apropriar-se de suas características. Nesse sentido, Schneuwly e Dolz (2004, p. 81), cientes de que ao introduzir na escola gêneros próprios de outras esferas sociais os quais inevitavelmente sofrem transformações, propõem a elaboração de “modelos didáticos” de gêneros. A proposta é que o trabalho com esses gêneros didatizados seja feito a partir de uma espécie de “ficcionalização”, que proporcione ao aluno condições de produção mais próximas possíveis das verdadeiras situações de comunicação.

Para a elaboração do modelo didático, três princípios devem ser considerados: o princípio de *legitimidade* (os conhecimentos existentes sobre gêneros de texto); o princípio de *pertinência* (refere-se às capacidades dos aprendizes, às finalidades e aos objetivos da escola,

aos processos de ensino-aprendizagem) e o princípio de *solidarização* (tornar coerentes os conhecimentos em função dos objetivos de ensino).

A construção do modelo didático é o primeiro passo a ser desenvolvido para o trabalho com gêneros em sala de aula. Após essa etapa é elaborada a sequencia didática referente às diferentes atividades a serem trabalhadas.

A sequencia didática “é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 97). Uma sequencia didática deve partir de uma produção inicial, em que os aprendizes tentam elaborar um primeiro texto do gênero escolhido, de forma a revelar as representações que têm dessa atividade. Essa primeira produção é realizada após a apresentação de um projeto coletivo de produção de um gênero que será realizado “verdadeiramente” na produção final. Ela é a condição para a preparação de diversos módulos que darão conta dos problemas apresentados pelos alunos na primeira situação de escrita. Os módulos serão utilizados para dar aos alunos os instrumentos necessários para atingirem o objetivo de produzirem o gênero escolhido. A sequencia didática termina com uma produção final, que dá ao aluno a possibilidade de praticar as noções e instrumentos trabalhados durante os módulos e permite ao professor uma avaliação do processo.

O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Segundo a proposta de agrupamento sugerida por Schneuwly e Dolz (2004), o gênero artigo de opinião pertence à ordem do argumentar. É um gênero textual que se vale da argumentação para expressar o ponto de vista do autor que o assina sobre alguma questão controversa. Comumente, discute um tema atual de ordem social, econômica, política ou cultural, relevante para os leitores. O caráter argumentativo do texto de opinião é evidenciado pela sustentação e pelas tomadas de posição que o autor apresenta para convencer os leitores da validade de seu ponto de vista.

Barbosa (2001) afirma que o artigo de opinião é um gênero proveniente da esfera jornalística, portanto, circula em suportes como: jornais, revistas, blogs, entre outros. Em geral, o enunciador do texto é um especialista no assunto abordado ou alguém que desempenha algum papel social de destaque.

Na visão de Bräkling,

é um gênero de discurso em que se busca convencer o outro de uma determinada ideia, influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida

pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes. É um processo que prevê uma operação constante de sustentação das afirmações realizadas, por meio da apresentação de dados consistentes que possam convencer o interlocutor (BRÄKLING, 2000, p. 227).

Já Kaufman e Rodríguez (1995, p. 27) asseveram que o artigo de opinião possui relação direta com as estratégias discursivas usadas para persuadir o leitor e não só com a pertinência dos argumentos apresentados. As autoras citam estratégias que podem ser usadas para fundamentar os argumentos: acusações claras aos oponentes, insinuações, digressões, apelações à sensibilidade ou tomada de distância através das construções impessoais para dar objetividade e consenso à análise desenvolvida, uso de recursos descritivos ou a especificação das diferentes fontes da informação. No entanto, é a expressão do posicionamento crítico do autor que garante consistência ao artigo de opinião.

Em relação aos elementos que constituem os gêneros - conteúdo temático, construção composicional e estilo, conforme Bakhtin (2003), podemos dizer que, no artigo de opinião, o conteúdo temático refere-se a questões controversas e polêmicas. O estilo, segundo Bräkling (2000), apresenta características (marcas) linguísticas relevantes, a organização do discurso em terceira pessoa, podendo também vir em primeira; o uso mais frequente do presente do indicativo ou também do presente do subjuntivo; o uso do pretérito em uma explicação ou apresentação de dados, presença de citações de palavras alheias, articulação coesiva por operadores argumentativos, etc. Em relação à construção composicional, o artigo de opinião nem sempre apresenta uma ordem para apresentação dos argumentos, uma vez que o gênero possibilita ao articulista condições para desenvolver seu estilo próprio adequado à interação através da escrita.

Quanto à produção de artigos de opinião, Bräkling (2000) afirma que, para que tal produção se efetive, são necessários dois aspectos básicos: a construção de um repertório temático (coleta de dados que tragam informações sobre o tema proposto para a produção do artigo opinativo) e o desenvolvimento de uma sequência didática. Este último aspecto torna-se fundamental, pois, conforme a autora, "o desconhecimento completo do gênero" funciona "como um fator 'perturbador' do desempenho do aluno" (BRÄKLING, 2000: 230). Ainda segundo a autora, "as atividades de escrita necessitam privilegiar o trabalho com um gênero no qual as capacidades exigidas do sujeito para escrever sejam, sobretudo, aquelas que se referem a defender um determinado ponto de vista pela argumentação, refutação e sustentação de ideias" (2000, p. 223). Cabe à escola a responsabilidade de promover práticas em que os

alunos pensem sobre o mundo e utilizem a linguagem, de modo a garantir os saberes para o exercício da cidadania e a interação social.

DESCRIÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA DO ARTIGO DE OPINIÃO

A pesquisa ora relatada se inspira nos referenciais sobre ensino de gêneros textuais, no que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos da realização da sequência didática, e se inspira nos referenciais sobre pesquisa-ação como técnica de coleta de dados.

A sequência didática artigo de opinião, adaptada do material de Olimpíadas da Língua Portuguesa, foi executada em 06 oficinas com duração de 12 Aulas de 00:50 minutos cada. As oficinas estão resumidas no quadro abaixo:

OFICINAS	ATIVIDADES REALIZADAS
01	<ul style="list-style-type: none"> - Na primeira oficina destacamos que a modalidade de texto que seria trabalhada era o gênero artigo de opinião. - Fizemos um levantamento sobre o que os alunos sabiam sobre o gênero, onde liam este tipo de texto e quais as características básicas desta modalidade de texto;
02	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuímos entre os alunos alguns exemplares de diversos gêneros, como notícias e artigos de opiniões, e pedimos que eles classificassem esses gêneros e identificassem dentre eles qual apresentava argumentação (que buscava convencer o leitor e defender uma tese). - Apresentamos questionamentos do tipo: o que você sabe sobre o gênero artigo de opinião? Onde circula esse gênero? Qual o seu objetivo? Quem o escreve? - Pedimos para que os alunos identificassem as relações e diferenças entre a notícia jornalística e o artigo de opinião;
03	<ul style="list-style-type: none"> - Promovemos uma discussão sobre as características do gênero, a fim de que os alunos chegassem a algumas conclusões como: <ul style="list-style-type: none"> • Identificação de questões polêmicas; • Descrição das características presentes no gênero artigo. • Conhecer expressões para articular em um artigo; • Identificar argumentos nos artigos de opinião.
04	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição de alguns textos-base; - Busca de informações sobre o tema “Redução da maioria penal no Brasil”; - Produção da primeira versão do artigo de opinião sobre a “Redução da maioria penal no Brasil”;

05	Abordagem sobre a construção dos argumentos; Identificação das marcas linguísticas que servem como articuladores entre os enunciados ; Identificação das "vozes" com quem o autor do artigo de opinião dialoga discursivamente;
06	- Revisão de uma produção textual selecionada da primeira versão do artigo de opinião – realizada na oficina 04 – considerando: <ul style="list-style-type: none"> •Reorganização das ideias; •Pontuação; •Correção ortográfica; •Coerência e coesão; •Reescrita do texto.

Alguns esclarecimentos devem ser observados. Primeiramente, reorientamos algumas das atividades. Dessa maneira, na oficina quatro, quando fora realizada a primeira versão, já procuramos orientar a temática, com o intuito de facilitar o trabalho e, conseqüentemente, lograr mais êxito. Em segundo lugar, fornecemos, como constatado na tabela acima, alguns textos-base, nos quais os alunos-produtores buscariam informações para escreverem seus artigos de opiniões.

ANÁLISE ILUSTRATIVA DE UM ARTIGO DE OPINIÃO

Dentre as produções textuais dos alunos, optamos por apresentar a análise de apenas uma delas para não nos tornarmos repetitivos, visto que muitas características são comuns nos textos e seriam encontradas nos demais da mesma forma. Vejamos o texto (transcrito conforme o original) selecionado para análise:

A polêmica da redução da maioria penal

O aumento da criminalidade nos últimos anos está levando os brasileiros a discutirem a questão da redução da maioria penal. Uma pesquisa realizada pelo Datafolha, logo após a morte de um estudante paulistano assaltado por um adolescente que estava perto de completar 18 anos, mostrou que mais de 90% dos paulistanos são favoráveis a redução. Como a maioria dos entrevistados, também sou a favor da redução da maioria, porque se o jovem de 16 anos pode escolher os representantes do país, tem também consciência do que é cometer um crime.

Além do mais, se a maioria penal for reduzida para 16 anos, o menor de idade terá medo de cometer delitos, devido a punição que sofrerá. Atualmente, o adolescente não apenas comete o crime, mas tem se transformado em chefe de quadrilha. Ele está ficando cada vez mais violento, isso porque sabe que nada vai acontecer com ele. Ele sabe que pode pegar 3 anos de internação, mas só fica em média 3 meses internado, cumprindo medida socioeducativa. Um jovem de 20 anos sabe que se fizer qualquer coisa pode pegar mais de 8 anos de cadeia e pensa duas vezes antes de agir.

Quem é contrário a redução da maioria acha que a desordem aumentará ainda mais. Isso porque as celas ficarão cada vez mais superlotadas, dando mais motivos para se realizarem

rebeliões. O menor se tornaria um aprendiz do crime com presos dos mais altos escalões, tornando-se irrecuperável.

Uma das soluções, no caso de haver redução da maioridade penal, seria separar os jovens presos de 16 até, por exemplo, 21 anos para que eles possam se recuperar e não conviver com criminosos experientes que podem ser encontrados nas cadeias. Outra seria a implantação de medidas de resolução dos problemas sociais, garantindo aos jovens seus direitos individuais à saúde, à educação de qualidade, à moradia, dentre outros, que a longo prazo, diminuiria a criminalidade cometida por adolescentes.

Quanto ao contexto de produção, o texto “A polêmica da redução da maioridade penal” foi escrito por um aluno do 3º ano do ensino médio, no primeiro período do ano letivo de 2014. O texto analisado, assim como os demais, foi direcionado à professora e aos colegas de turma; eventualmente, a toda a comunidade escolar. O objetivo da produção foi posicionar-se acerca de um tema polêmico, de importância político-social, particularmente sobre o tema redução da maioridade penal.

O gênero artigo de opinião, assim como todos os outros gêneros textuais, dispõe de temas que lhe são pertinentes, ou seja, há conteúdos específicos que são dizíveis através dele. No texto analisado, percebe-se que é um tema contemporâneo e bastante polêmico entre os legisladores, juristas e brasileiros em geral, assunto esse que congrega múltiplos olhares quanto ao questionamento. O ponto de vista do autor aparece no texto na forma de uma tese, que para sustentá-la, propõe argumentos que sustentam a postura defendida. Então, com relação à construção composicional e ao conteúdo temático, o texto em tela está estruturado em quatro parágrafos, a partir de sequências argumentativas, conforme expomos a seguir:

a) no primeiro parágrafo, o aluno contextualiza a questão a ser discutida, situando o leitor sobre o tema em debate: “O aumento da criminalidade nos últimos anos está levando a sociedade brasileira a discutir a questão da redução da maioridade penal”. Depois apresenta dados de uma pesquisa, feita logo após a morte de um estudante paulistano assaltado por um adolescente, em que mais de 90% dos paulistanos são favoráveis à redução. Nesse ponto, destacamos que o aluno utiliza dados estatísticos para justificar sua posição. Em seguida, inicia a argumentação, explicitando a posição assumida (tese): “sou a favor da redução da maioridade, porque se o jovem de 16 anos tem maturidade para escolher os representantes do país, tem também consciência do que é cometer um crime”. A proposição de uma tese levamos a inferir que o aluno- produtor compreendeu que deveria ter um ponto de vista a defender.

b) no segundo parágrafo, ele argumenta que “se a maioridade penal for reduzida para 16 anos, o menor de idade terá medo de cometer delitos”. O aluno justifica esse argumento dando exemplo de que se um adolescente comete um crime, fica em média 3 meses interno,

cumprindo medida socioeducativa, enquanto que um jovem de 20 anos se cometer um crime passa mais de 8 anos na cadeia, o que o leva a pensar antes de agir.

c) no terceiro parágrafo, ele apresenta o posicionamento de quem é contrário (contra-argumentação) à redução da maioridade penal, destacando que a redução da idade penal causará desordem, superlotação de cadeias e que o menor aprenderá a cometer crimes com presos mais experientes, tornando-se irrecuperável.

d) no quarto e último parágrafo, o aluno refuta o argumento do parágrafo anterior ao apontar duas soluções para o problema. A primeira “seria separar os jovens presos de 16 até, por exemplo, 21 anos para que eles possam se reintegrar e não conviver com criminosos já experientes que podem ser encontrados nas cadeias.” A segunda seria a implantação de medidas de resolução dos problemas sociais a fim de diminuir a prática de crimes por adolescentes.

O estilo, segundo Bakhtin (2003), está ligado ao gênero, e todo gênero é individual, podendo, assim, refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve). Nesse sentido, o sujeito escolhe os recursos textuais, lexicais e gramaticais que provocam efeitos de sentido que vão ao encontro daquilo que ele deseja falar e, no caso do artigo de opinião, da ideia defendida pelo autor.

Assim, quanto ao estilo, notamos a opção pelas sequências explicativas e argumentativas que são comuns ao gênero e que a linguagem predominantemente utilizada no texto é formal. Observamos que o texto em questão possui um discurso marcado pelo uso da terceira pessoa do singular, ora no presente, ora no pretérito perfeito do indicativo, com algumas inserções do futuro do presente e do pretérito. Verificamos, no primeiro parágrafo, a implicação do enunciador marcada pelo uso da primeira pessoa do singular (Como a maioria dos entrevistados, também sou a favor da redução da maioridade) procurando estabelecer uma relação dialógica com o leitor e convencê-lo mais facilmente.

Quanto à coesão nominal, observamos que as formas mais comuns para a retomada de referentes já citados no texto é por meio de pronomes (ele, isso, que, outra) e através de sintagmas nominais (menor, adolescente, jovem, aprendiz). Já com relação à conexão, observamos o uso de pronomes relativos, como o **que**, conjunções (**como, que, porque, além do mais, mas**) entre outros. A escolha dos elementos conectivos vai conduzindo a leitura do texto conforme o que se deseja enfatizar, acrescentar, explicar, ou seja, direciona o leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos, com a análise do artigo “A polêmica da redução da maioria penal”, que o aluno mobiliza os recursos linguísticos para defender seu ponto de vista, provocando efeitos de sentido que levam o leitor a refletir sobre sua opinião. Verificamos as seguintes características do gênero: o texto trata de uma questão polêmica, o conteúdo temático faz alusão à opinião de acontecimento sociopolítico, a construção composicional encontra-se de forma bem estruturada, o estilo mostra o modo peculiar com o qual o aluno defende as ideias, por meio de diversos recursos linguísticos, como conjunções, etc.

Acreditamos que conhecer tais características foi fundamental para que os alunos pudessem escrever textos argumentativos a partir das condições pedagógicas oferecidas. Entretanto, conhecer o gênero discursivo artigo de opinião em todos os seus elementos composicionais, estilo, marcas linguísticas e enunciativas requer muitas leituras, estudos e que o professor ofereça ao aluno a possibilidade de se expor, de defender seu ponto de vista, enfim, que o professor crie condições para a habilidade de argumentar, contribuindo para a formação crítica dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992/2003.
- BARBOSA, J. P. *Trabalhando com os Gêneros do Discurso: Uma perspectiva enunciativa para o ensino de Língua Portuguesa*. Tese, PUC-SP/LAEL, 2001.
- BRÄKLING, K. L. *Trabalhando com o artigo de opinião: revisitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro*. In: ROJO, R. (Org.). *A prática da linguagem na sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 221-248.
- DOLZ, J; NOVERRAZ. M; SCHNEUWLY, B. *Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento*. In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução: Roxane Rojo e Glais Sales. Campinas: Mercado das Letras, 2004.
- KAUFMAN, Ana Maria e RODRÍGUEZ, Maria Elena. *Escola, leitura e produção de textos*. Artes Médicas: Porto Alegre, 1995.
- POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática?* Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2002. (Coleção Leituras no Brasil).

SCHNEUWLY, B. Genres et types de discours: Considérations psychologiques et ontogénétiques. In: REUTER, Y. (Org). *Les interactions lecture écriture*. Berna: Peter Lang, 1994. p. 155-173.

Schneuwly, B. & Dolz, J. *Gêneros Oraís e Escritos na Escola* (R. H. R. Rojo & G. S. Cordeiro, trad.) São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

Recebido em 24/07/2015.

Aceito em 29/08/2015.